



Santa Casa de Buritama

1960 - 2010

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2011

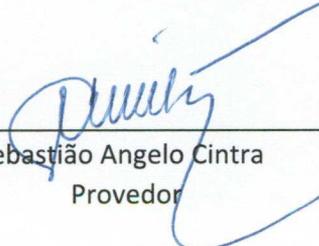
- ✓ Balanço Patrimonial
- ✓ Receitas e Despesas
- ✓ Fluxo de Caixa
- ✓ Mutações do Patrimônio Social
- ✓ Notas Explicativas
- ✓ Parecer do Conselho Fiscal
- ✓ Parecer da Auditoria Independente

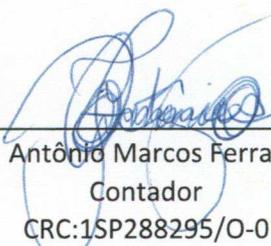
BALANÇO PATRIMONIAL

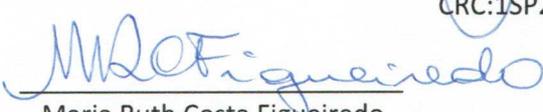
Em reais

ATIVO	nota explicativa	Reclassificado	
		31/12/2011	31/12/2010
Circulante		1.096.570	713.265
Caixa e equivalentes de caixa	4	149.111	560.722
Contas a receber	5	602.166	83.108
Estoques	6	270.875	56.224
Outros créditos	5	15.842	13.211
Despesas pagas antecipadamente	7	58.577	-
Não Circulante		3.265.252	3.146.377
Realizável a longo prazo	8	52.168	88.712
Imobilizado	9	3.206.334	3.057.665
Intangível	10	6.750	-
TOTAL DO ATIVO		4.361.822	3.859.642
PASSIVO	nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		2.476.265	1.581.781
Empréstimos	12	258.365	107.614
Fornecedores	13	897.205	223.880
Obrigações tributárias	14	137.248	137.000
Parcelamentos tributários	11	136.730	172.879
Obrigações sociais e trabalhistas	15	521.863	485.814
Subvenções a realizar	16	330.000	402.000
subvenções realizadas	16	50.400	-
Contas a pagar	17	76.795	52.594
Parcelamento Honorários Médicos	18	67.659	-
Não Circulante		1.148.526	1.622.055
Parcelamentos tributários	11	567.774	703.188
Contingências trabalhistas	19	560.009	720.126
Parcelamento Honorários Médicos	18	4.679	120.202
Contingências cíveis	19	16.065	78.540
Patrimônio Social		737.031	655.806
Patrimônio social		737.031	655.806
TOTAL DO PASSIVO		4.361.822	3.859.642

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.


Sebastião Angelo Cintra
Provedor


Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC:1SP288295/O-0


Maria Ruth Costa Figueiredo
Tesoureira

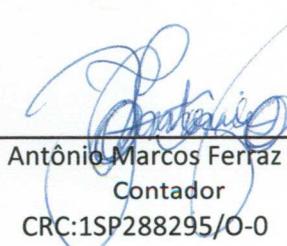
**DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

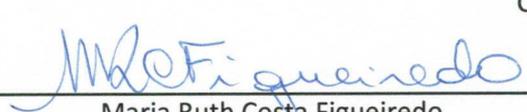
Em reais

		31/12/2011	Reclassificado 31/12/2010
RECEITAS		8.623.968	8.733.194
Receitas Operacionais	nota explicativa	7.183.440	6.951.684
Fundo Munic. Saude Gov.Buritama-SUS	22	4.109.345	4.554.835
Subvenção Munic. Saude Gov.Buritama-SUS	22	870.898	698.674
Subvenção Munic. Saude Gov.Zacarias-SUS	22	72.000	60.000
Subvenção Munic. Saude Gov.Brejo Alegre-SUS	22	180.000	156.180
Subvenção Munic. Saude Gov.Lourdes-SUS	22	210.000	85.313
Subvenção Munic. Saude Gov.Turiuba-SUS	22	24.180	-
Receitas de pacientes Convênios	22	977.950	1.140.707
Receitas de pacientes Particulares	22	254.364	262.399
Glosas	22	(23.240)	(6.424)
Receitas com Isenção			
Isenção Usufruída da Cota Patronal	23	507.943	-
Receitas Financeiras		55.999	56.870
Financeiras		55.999	56.870
Receitas Diversas		1.384.530	1.724.639
Recuperação de despesas		988	319
Doações, Incentivos e Campanhas	19	244.585	214.673
Subvenções estaduais	20	636.033	680.554
Outras Subvenções		502.924	829.093
DESPESAS		8.792.533	9.024.933
Despesas Operacionais		8.616.683	8.205.825
Despesas com pessoal		1.792.511	2.054.365
Despesas administrativas e gerais		516.474	604.773
Serviços prestados por terceiros		4.852.000	4.740.195
Materiais, Medicamentos e Gen. Alimentícios		947.755	806.492
Despesas com INSS			
INSS Patronal	23	507.943	-
Despesas Financeiras		56.227	182.099
Financeiras		56.227	182.099
Despesas Diversas		119.623	637.009
Impostos e taxas		29.685	32.543
Contingências trabalhistas		-	527.916
Contingências cíveis		-	14.766
Depreciações		89.938	61.784
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(168.565)	(291.739)

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.


Sebastião Angelo Cintra
Provedor


Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC:1SP288295/O-0


Maria Ruth Costa Figueiredo
Tesoureira

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

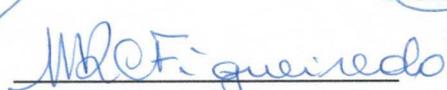
(método indireto)

	<u>31/12/2011</u>	<u>reclassificado 31/12/2010</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Deficit do exercício	(168.565)	(291.739)
depreciações	89.938	61.784
Ajuste exercício anterior	249.790	(778.699)
Origens Geradas pelas operações	171.163	(1.008.654)
(-) aumento do ativo circulante	(794.917)	986.575
Contas a receber	(519.058)	998.649
Estoque	(214.651)	(39.094)
Outros Créditos	(2.631)	27.020
Despesas pagas antecipadamente	(58.577)	-
(+) aumento do passivo circulante	894.485	335.583
Emprestimo	150.751	71.160
Fornecedores	673.325	19.580
Obrigações tributárias	248	(62.152)
Parcelamentos tributários	(36.149)	104.299
Obrigações sociais e trabalhistas	36.050	(39.444)
Subvenções a realizar	(72.000)	402.000
Subvenções realizadas	50.400	-
Contas a pagar	24.201	24.217
Parcelamento Hon. Médicos	67.659	(184.076)
Disponibilidades geradas pelas operações	270.731	313.504
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Variação do realizável a longo prazo	36.544	(58.556)
Variação do passivo não circulante	(473.529)	535.480
Total das Atividades de Financiamentos	(436.985)	476.924
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de bens do imobilizado	(245.458)	(307.249)
Alienação de bens	101	-
Total das Atividades de Investimentos	(245.357)	(307.249)
Variação de Disponibilidades	(411.611)	483.179
Saldo de Disponibilidades no início do exercício	560.722	77.543
Saldo de Disponibilidades no final do exercício	149.111	560.722
Variação de Disponibilidades	(411.611)	483.179

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações contábeis.


Sebastião Angelo Cintra
Provedor


Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC:1SP288295/O-0


Maria Ruth Costa Figueiredo
Tesoureira

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010**

Em reais

PATRIMÔNIO SOCIAL	nota explicativa	31/12/2011	Reclassificado 31/12/2010
No início do exercício		655.806	1.726.244
Ajustes de exercícios anteriores	25	249.790	(778.699)
Déficit do exercício		(168.565)	(291.739)
No final do exercício		737.031	655.806

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.


Sebastião Angelo Cintra
Provedor


Antônio Marcos Ferraz
Contador

CRC:1SP288295/O-0


Maria Ruth Costa Figueiredo
Tesoureira

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em reais)**

1) A ENTIDADE

A Santa Casa de Misericórdia São Francisco foi constituída em 21 de agosto de 1960. Sediada no município de Buritama, Estado de São Paulo é uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, para prestar assistência médica e hospitalar.

Com reconhecimento de utilidade pública concedido pelas autoridades federais, estaduais e municipais, também está registrada no CNES n.º 2079461 e no Conselho Nacional de Assistência Social com deferimento em 2009 do processo n.º 71000.064240/2009-27. Encaminhado em 22 de março de 2010 para renovação no Ministério da Saúde, encontra-se em análise no CGCER/DCEBAS.

A entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto. A Administração está a cargo de uma Diretoria Executiva composta por 9 (nove) membros eleita pela Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão.

2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas em observância à Resolução CFC 877/00 que aprovou NBCT 10.19, aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A emissão das presentes demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria em 04/04/2012.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

- a. **Base de preparação e apresentação** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado no item 2 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a NBCT 19.41 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior

nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

- b. **Ativo Circulante** - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.
- c. **Moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.
- d. **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.
- e. **Aplicações financeiras** - São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado.
- f. **Estoques** - Foram avaliados pelo custo de aquisição.
- g. **Contas a receber** - Estão representadas por valores a receber referente a atendimento Sistema Único de Saúde - SUS e convênios médicos privados, cursos, eventos, congresso, fabricação de aparelhos e instrumentos médicos.
- h. **Provisão para devedores duvidosos** - A provisão para liquidação duvidosa foi constituída num montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, levando-se em consideração a análise das garantias e riscos de realizações de créditos.
- i. **Ativo Não Circulante**
- j. **Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.
- k. **Intangível** - Inclui direitos de uso de “software”, sendo amortizado na base de 20% a.a, e patentes.
- l. **Passivo Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.
- m. **Fornecedores** - São obrigações referentes aquisições de bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.
- n. **Provisão de férias** - Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.
- o. **Passivo Não Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos incorridos.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	1.638	34.617
Bancos conta movimentos	6.415	146.899
Aplicações financeiras	141.058	379.206
Total	149.111	560.722

5) CONTAS A RECEBER

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Sistema Único de Saúde – SUS	442.258	-
Convênios	149.392	83.108
Prefeitura de Buritama	10.516	-
Total	602.166	83.108
Outros créditos	15.842	13.211

6) ESTOQUES

Com a aquisição do sistema MV2000i, o trabalho de cotas de abastecimentos e os treinamentos e reuniões com os colaboradores, fazem com que a entidade tenha um melhor controle dos seus estoques. Para assegurar todos os processos de compra, assim como uma economia nos preços, a entidade também investiu no sistema de compras online da Bionexo.

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Drogas e Medicamentos	153.803	56.224
Material Hospitalar	90.915	-
Material Administrativo	9.385	-
Material Higiene e Limpeza	10.163	-
Manutenção Geral	1.201	-
Material para Cozinha	1.874	-
Gêneros Alimentícios	3.534	-
Total	270.875	56.224

7) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE - JUROS A VENCER

O valor de **(R\$58.577)** corresponde as 11 parcelas restantes do empréstimo feito junto ao Bicbanco em 18x.

8) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os processos cíveis e trabalhistas ainda estão tramitando. O INSS refere-se a depósitos mensais em juízo até que sai o parcelamento.

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos judiciais – cíveis	500	67.469
Depósitos judiciais – trabalhistas	38.558	17.133
Depósitos judiciais – INSS	13.110	4.110
Total	52.168	88.712

9) IMOBILIZADO

Demonstrado com base no custo original:

<u>Descrição</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Terreno	-	598.294	598.294
Imóveis	4%	1.883.949	1.881.676
Equip. médicos e aparelhos	10%	240.968	240.968
Móveis e utensílios	10%	298.882	298.882
Equipamentos hospitalares	10%	35.050	35.050
Veículos	20%	80.762	80.762
Equipamentos de informática	20%	170.066	161.016
Máquinas e equipamentos	10%	229.877	228.327
Equipamentos de segurança	10%	2.869	2.869
Linha telefônica	10%	1.110	-
Construções em andamento	-	-	2.273
Projeto Futuro Fase A-em Andamamento	-	226.147	-
Total do imobilizado		3.767.974	3.530.117
(-) Depreciações Acumuladas		561.640	472.452
Total do imobilizado líquido		3.206.334	3.057.665

A evolução ocorrida às contas de Imobilizado em 2011 foi à seguinte:

Movimentação do custo

Descrição	2010		2011		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terreno	598.294	-	-	-	598.294
Imóveis	1.883.949	-	-	-	1.883.949
Móveis e Utensílios	298.882	-	-	-	298.882
Equip. médicos e hospit.	276.018	-	-	-	276.018
Veículos	80.762	-	-	-	80.762
Equip. de informática	161.016	9.050	-	-	170.066
Máquinas e equip.	228.327	1.550	-	-	229.877
Equip. de segurança	2.869	-	-	-	2.869
Equipamento Telefônico	-	1.110	-	-	1.110
Construções andamento	-	226.147	-	-	226.147
Totais	3.530.117	237.857	-	-	3.767.974

A meta da Administração em 2012 é dar continuidade ao inventário de todos os bens do imobilizado, com aplicação de placa de identificação e inclusão no sistema de controle patrimonial da Entidade, onde são registrados os cálculo de depreciação relativo aos mesmos e a necessidade de provisão do valor recuperável dos bens imobilizado visando à consistência e melhorias no setor patrimonial.

10) INTANGÍVEL

Demonstrado com base no custo original:

Descrição	Depreciação	2011	2010
Softwares	10%	7.500	-
(-) Depreciações Acumuladas		750	-
Total do Intangível		6.750	-

A evolução ocorrida à conta do Intangível em 2011 foi à seguinte:

Movimentação do custo

Descrição	2010		2011		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Software	-	7.500	-	-	7.500
Totais	-	7.500	-	-	7.500

11) PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	<u>CURTO PRAZO</u>	<u>LONGO PRAZO</u>
Parcel. IRF/PIS/CSRF-Proc.400133/2009	35.620	40.653
Parcelamento de IRF-Proc.5.079/2008-21	20.486	17.960
Parcelamento de Cofins-Proc.1218/06-85	14.285	-
Parcelamento de Cofins-Proc.2332/2007	18.898	293.842
Parcelamento de FGTS de 2005	9.702	8.314
Parcelamento de IRRF-Proc.2332/2007	11.235	166.660
Parcelamento de Pis-Proc.2332/2007	2.985	17.731
Parcelamento de IRRF-Proc.400.059/2010	6.184	-
Parcel. PIS/COFINS/CSL-400.059/2010	10.690	22.614
Parcel.635/2975/1442/2753-CSRF/PIS/IRF	6.645	-
TOTAL	136.730	567.774

12) EMPRÉSTIMOS

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Bicbanco (18x Jrs.24,6%a.a e 1,85% a.m.(saldo 11parc.)	258.365	-
Bicbanco (3 parc. – juros 1,90% a.m.)	-	11.347
Bicbanco (3 parc. – juros 1,70% a.m.)	-	96.264
Banco Santander (saldo devedor)	-	3
Total	258.365	107.614

13) FORNECEDORES

Apropriados pelo efetivo recebimento de bens, materiais ou serviços no valor de **(R\$897.205)** em 2011 e **(R\$ 223.880)** em 2010. Da diferença de **(R\$673.325)** entre os dois exercícios, **(R\$443.250)** refere-se aos serviços de glaucoma da Oftalprest nos meses 10, 11 e 12/2011 que não foram repassados pelo Estado no exercício de 2011.

14) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
IRRF a recolher	44.624	41.897
PIS a recolher	942	1.497
PIS, CO FINS e CSLL retidos a recolher (pedido parcelamento, aguardando deferimento).	91.655	93.606
Outras	27	-
Total	137.248	137.000

15) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2011	2010
Salários a pagar	68.878	59.752
INSS a recolher (<i>pedido parcelamento, aguardando deferimento</i>)	218.731	236.181
FGTS a recolher	11.650	9.351
Provisão de férias	162.723	176.586
FGTS s/ Provisão férias	13.018	-
PIS s/ Provisão Férias	1.627	-
Provisão 13º salário	31.735	-
INSS s/Provisão 13º salário	9.592	-
Outras	3.909	3.944
Total	521.863	485.814

16) SUBVENÇÕES A REALIZAR E REALIZADAS

- O valor da subvenção de **(R\$330.000)** para reforma e ampliação esta contabilizado em subvenções a **realizar** aguardando sua conclusão.

- O valor de **(R\$50.400)** refere-se à subvenção de R\$72.000 para compra de equipamentos de informática **realizada** em 2010 e que esta sendo depreciada mensalmente em receitas com subvenção.

17) CONTAS A PAGAR

- O valor de **(R\$76.795)** refere-se a créditos de médicos (pessoa física) e outras pequenas contas a pagar em 2011.

18) PARCELAMENTO DE HONORÁRIOS MÉDICOS

O valor de **R\$67.659** contabilizados no passivo circulante a **curto prazo** em contas a pagar, corresponde:

- R\$15.411** (saldo de 05 parcelas de um montante de R\$36.996 dividido em 12 parcelas referentes a honorários médicos devidos à CAMF no ano de 2010.)
- R\$52.248** (saldo de 12 parcelas de um montante de R\$87.080 dividido em 20 parcelas referentes a honorários médicos devidos à **Oftalmo Prest** no ano 2010). Neste mesmo parcelamento foi contabilizado o valor de **R\$4.679** no passivo não circulante a **longo prazo** corresponde ao saldo de 01 parcela a ser liquidada em 2013).

19) CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS e CÍVEIS

Foi constituída em 2010 as provisões para contingências no montante julgado necessário, de acordo com a avaliação de riscos elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a Entidade figurava como ré.

Em 2011 a entidade realizou todos os ajustes necessários dos processos existentes de acordo com a avaliação e relatório fornecido pela assessoria jurídica:

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
saldo anterior	720.126	-
Ações trabalhistas	52.585	738.326
Pagamentos de Acordos	(15.950)	(18.200)
Estorno Provisões (cfe. assessoria jurídica)	(196.752)	-
saldo atual	560.009	720.126
Ações Cíveis	16.065	78.540

20) RECEITAS COM DOAÇÕES, INCENTIVOS e EVENTOS.

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Créditos Cupons Fiscais	18.673	16.321
Doações em Alimentos	20.307	3.375
Doações Particulares	10.652	2.330
Leilões, Festas Culturais e Rifas	162.485	185.722
Patrocínios Jornal Informativo	3.700	4.950
Desconto/doação de energia	25.899	-
Outras	2.869	1.975
Total	244.585	214.673

21) RECEITAS COM SUBVENÇÕES ESTADUAIS

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Secretaria Estadual Saúde	50.000	150.000
IntegraSUS	28.572	24.176
Cartórios (lei 11.021-2001)	11.461	5.878
Pró-Santa Casa II	546.000	500.500
Total	636.033	680.554

22) EMENDAS ESTADUAIS P/ INVESTIMENTO

<u>Deputado</u>	<u>Nome</u>	<u>Objeto da Proposta</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Estadual	Roque Barbieri	Reforma e Ampliação	-	330.000
Estadual	Vitor Sapienza	Equip. Informática	-	22.000
Estadual	Fausto Figueira	Equip. Informática	-	50.000
Total			-	402.000

23) RECEITAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>%</u>	<u>2010</u>	<u>%</u>
SUS	5.466.423	82%	5.555.002	80%
NÃO SUS (Conv./partics.(-)glosas)	1.209.074	18%	1.396.682	20%
Total	6.675.497	100%	6.951.684	100%

24) ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao parágrafo segundo do artigo 11 da Lei 12101/09, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante os exercícios de 2011 e de 2010:

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ordenados e salários	1.484.080	1.557.882
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (27,80%)	412.574	433.091
Autônomos	476.843	292.535
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (20%)	95.369	58.507
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	507.943	491.598

25) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

São ajustes em receitas e despesas que nos exercícios anteriores não foram contabilizadas, além do estorno das contingências de 2010. Os ajustes efetuados estão resumidos abaixo:

Descrição	2011	2010
Receitas	(91.551)	1.016.463
Contingências trabalhistas	(168.514)	207.675
Contingências cíveis	(24.000)	47.709
Honorários médicos e insumos	-	(194.046)
Provisão de férias	(4.046)	(253.879)
Móveis utensílios registrados em despesas	-	(37.496)
Encargos financeiros	(5)	(2.576)
Contas a receber	-	(5.151)
Fornecedores	(2.461)	-
Tributos	(765)	-
Obrigações c/pessoal	(346)	-
Subvenções	1.385	-
Depreciação da subvenção	(7.200)	-
Honorários Médicos-Parcelamento	47.713	-
total	(249.790)	778.699

26) COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade não mantém cobertura de seguros para os seus bens móveis e imóveis para cobrir eventuais sinistros.

27) PATRIMÔNIO SOCIAL

Representa o patrimônio inicial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição. O resultado apurado em cada exercício, consoante previsão estatutária, é incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação da Assembleia Geral.

28) OUTRAS INFORMAÇÕES

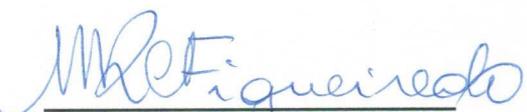
Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante prazos prescricionais de acordo com a legislação aplicável em vigor.



Sebastião Angelo Cintra
Provedor



Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC:1SP288295/O-0



Maria Ruth Costa Figueiredo
Tesoureira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da **Santa Casa de Misericórdia São Francisco de Buritama**, tendo examinado o **BALANÇO PATRIMONIAL**, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2011, assim como, os demais documentos referentes às transações Sociais da Entidade e ainda, considerando a opinião com ressalva do parecer da auditoria independente, damos o **PARECER** de que as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco e que sejam aprovadas pela Assembleia Geral na reunião ordinária anual as referidas contas e balanço apresentados, pelo que assinamos.

Buritama-SP, 02 de ABRIL de 2012.


Janete Teixeira Dias Zucarelli


Luís Carlos dos Santos


Valdelei Antônio da Silva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**À Diretoria da
Santa Casa de Misericórdia São Francisco
Buritama (SP)**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Santa Casa de Misericórdia São Francisco**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, por entidades de pequeno e médio porte (NBC TG 1000) e sem fins lucrativos (NBC T 10.19), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A entidade ainda não implementou todas as normas previstas para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) desde 1º de janeiro de 2010, mantendo os mesmos critérios válidos para legislação anterior, em especial, para as contas dos ativos imobilizados em desacordo com resolução CFC nº 1.177/09 (NBC TG 27). Consequentemente, não foi possível determinar os efeitos de possíveis ajustes em razão da adoção dessa política sobre as demonstrações contábeis auditadas em 31 de dezembro de 2011.



A **Santa Casa de Misericórdia São Francisco** não mantém controles adequados sobre seus estoques nem tem a política de realizar inventário físico no final de cada exercício. Pelo fato de termos sido contratados após 31 de dezembro de 2011 não foi possível firmar juízo sobre a existência dos estoques naquela data por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

A Entidade apresenta falha nos controles internos das rubricas de contas a pagar, substancialmente em fornecedores, impostos e contribuições retidas que podem comprometer a adequação dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2011. Conseqüentemente, não estamos em condições de determinar com segurança os efeitos desta política sobre as demonstrações contábeis auditadas em 31 de dezembro de 2011.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para a opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santa Casa de Misericórdia São Francisco** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Em 31 de dezembro de 2011 a **Santa Casa de Misericórdia São Francisco** de acordo com nota explicativa nº 11, está inscrita em diversos parcelamentos tributários, alguns com exigibilidade suspensa nos termos do artigo 151 do CTN ou garantidos por penhora em processos de execução judicial. A Entidade depende substancialmente da prestação de serviços médicos contratados pelo SUS e de verbas públicas. Contudo, nos últimos exercícios, a Entidade vem apurando sucessivos déficits, fatores esses que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação, se as referidas exigibilidades tributárias deixem de ser suspensas e não seja adotado um Plano de Ações para reverter essa situação. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

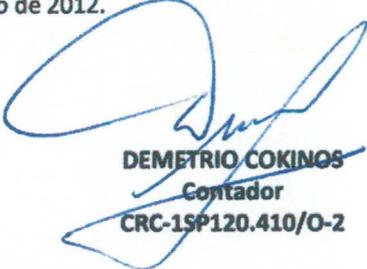
A Entidade não mantém apólice de seguro para os seus bens sujeitos a riscos, política que também pode afetar a continuidade normal de suas operações em caso de eventuais sinistros.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 cujos valores são apresentados para fins comparativos foram por nós examinadas para as quais emitimos relatório com as mesmas ressalvas na data de 28 de janeiro de 2011.

São Paulo, 29 de março de 2012.


COKINIOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0


DEMÉTRIO COKINIOS
Contador
CRC-1SP120.410/O-2

Registro CVM n.º 7.739

